

Reunião do Conselho Consultivo da Ejud4 (23-10-2023)

Pauta:

- a. Aprovação da ata da última reunião do Conselho;**
- b. Proposta de alteração normativa (integração da Ejud na Alta Administração do Tribunal);**
- c. Calendário Acadêmico da Ejud4 para 2024 - planejamento; e**
- d. Assuntos gerais.**

Aos 23 dias de outubro de 2023, presentes o Diretor da Escola Judicial, Des. João Paulo Lucena; o Vice-Diretor da Escola Judicial, Des. Fabiano Holz Beserra; a Coordenadora Acadêmica da Escola Judicial, Juíza Eliane Covolo Melgarejo; as Conselheiras e Conselheiros titulares da Escola Judicial Maria Inês Cunha Dornelles - Desembargadora aposentada do TRT4; Cláudio Antônio Cassou Barbosa, Desembargador; Luciane Cardoso Barzotto, Desembargadora; Marcos Fagundes Salomão, Desembargador; Ary Faria Marimon Filho, Juiz Titular; Ana Paula K. Severino, Juíza Substituta; Camila Centenaro Levandowski, Servidora; Rene Chabar Kapitansky, Servidor; a Assessora-chefe da Coordenadoria de Formação e Aperfeiçoamento Jurídico da Escola Judicial, Camila Frigo, Servidora; a Assessora-chefe da Coordenadoria de Formação e Aperfeiçoamento Administrativo da Escola Judicial, Adriana Werner, Servidora; o Assessor-chefe substituto da Coordenadoria de Formação e Aperfeiçoamento Administrativo da Escola Judicial, Alexandre Goettems Zoratto, Servidor; o Secretário Executivo da Escola Judicial, Diogo Grimberg, Servidor; e o Secretário Executivo Substituto da Escola Judicial, Dênis Ricardo Schorr, Servidor, apurado o quórum previsto no art. 14, parágrafo único, da RA TRT4 49/2017, o Diretor da Escola Judicial saúda os presentes e dá início à 1ª Reunião do Conselho Consultivo da entidade em 2023.

a. Aprovação da ata da última reunião do Conselho (15-12-22);

Ata aprovada, sem ressalvas, por unanimidade.

b. Proposta de alteração normativa (integração da Ejud na Alta Administração do Tribunal);

O Diretor explana aos presentes sobre a proposta de alteração legislativa que passe a integrar a Escola Judicial na Alta Administração do Tribunal. Relata que na prática a Ejud4 já trabalha há bastante tempo de forma integrada junto à Administração, a exemplo das palestras que integraram o PROJETO VISÃO DO FUNCIONAMENTO E FORMAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO TST, a partir de proposta da Presidência, do Encontro Institucional da Magistratura, cuja formatação pedagógica é definida pela Presidência, de eventos em parceria com outros Tribunais e Poderes do Sul, da aproximação com o Exército Brasileiro, com cunho social, de eventos nacionais aqui promovidos (Conematra, Encontro da Memória, de Diretores Gerais, Diretores de SETICs, dentre outros), as quais ilustram a atuação efetiva da Ejud como um braço do Administração, inclusive com poder decisório em várias ações formativas. Sinala ainda as premiações recentes que a Ejud4 recebeu da Enamat pelo desenvolvimento de sistemas. O Diretor esclarece, então, a proposta de se formalizar o que já ocorre de fato, que a Ejud passe a integrar formalmente a Alta Administração, em idêntica condição à Ouvidoria, sem contabilizar o período como Diretor ou Diretora para efeitos de candidaturas a cargos da Administração. Esclarece ainda que já está em andamento proposta de regulamentação para que a magistrada ou magistrado que assuma a Coordenação Acadêmica fique afastada(o) da Jurisdição. Na prática, este pedido precisa ser renovado a cada biênio, ficando a critério de cada Administração acolher ou não tal requerimento. O Diretor enaltece a importância de que o(a) integrante da Coordenação Acadêmica possa estar mais presente na vida acadêmica da Escola, em virtude de tantas atividades que são propostas, desde as mais simples, como programas de reciclagem anuais, até aquelas mais complexas como a formatação de Encontros anuais de Gestores e de Magistrados. Ressalta que essa questão seria resolvida caso a Ejud4 passasse a integrar a Alta Administração, pois a entidade faria jus a um Juiz Auxiliar, liberado da jurisdição, citando não haver impedimento normativo ou legal para tal solicitação.

As(os) conselheiras(os) Maria Inês, Luciane Cardoso, Ana Paula e Renê Chabar opinam contrariamente ao encaminhamento, ao menos por ora, enaltecendo especialmente que tal encaminhamento poderia glosar eventual candidatura futura de Diretores a cargos da Administração. A conselheira Ana Paula esclarece que pesquisou o tema junto a outros Ejuds e ao TST, que o Diretor da ENAMAT não integra a Alta Administração, e tem receio que a proposta possa causar problemas futuros, indaga sobre como outros setores reagiriam ao novo status a qual seria alçado a Ejud, talvez prejudicando inclusive a autonomia da Escola Judicial. Cita que nos TRTs 3 e 12 o Diretor é o Vice-Presidente. A conselheira Luciane sugere prudente deixar para a próxima gestão o encaminhamento, permitindo aos novos conselheiros que discutam este tema. Quanto à Ouvidoria, esclarece que foram integrados à Alta Administração por resolução do CNJ e que possui um papel diferente, atuando como fiscalizadores das atividades internas. Teme que eventual aprovação no âmbito do TRT4 possa contrariar a LOMAN e tem dúvidas se os Desembargadores iriam aprovar tal requerimento. Sugere postergar a discussão para a próxima Administração. O Conselheiro Renê relata não se sentir à vontade para votar tema que, no seu entendimento, não impacta os servidores, pois estes não possuem representatividade no Órgão Especial e, no próprio âmbito do Conselho, vê pouca representatividade, porém, caso necessário, vota pelo não encaminhamento da proposta. Sugere que o Conselho deveria ser melhor utilizado, tendo reuniões mais frequentes. A Conselheira Maria Inês entende que a ideia é ótima, pois já ocorre na prática, porém manifesta idêntica preocupação da conselheira Luciane, entendendo que pode ter uma repercussão negativa ou criar embaraços no futuro, obstaculizando que Diretores concorram a cargos eletivos. Propõe melhor estudo do tema.

O Diretor da Ejud e os(as) conselheiros(as) Fabiano Beserra, Ary Marimon Cláudio Cassou e Eliane Melgarejo opinam a favor da proposta de encaminhamento do pleito. O Diretor explicita que a proposta não prejudicaria a independência didático-pedagógica e também orçamentária da Ejud, e que a Escola na Alta Administração teria o mesmo peso e equivalência que possui hoje a Ouvidoria, sem glosar eventuais candidaturas de Ex-diretores a cargos da Administração. O Secretário-Executivo endossa, enaltecendo o ineditismo e o pioneirismo da requisição entre as Escolas Judiciais. O Vice-Diretor concorda com o projeto proposto, reforçando o que enfatizado pelo Diretor e pelo Secretário, apenas manifestando preocupação com o segundo ponto referido pela conselheira Ana Paula sobre um maior status da Ejud, como se daria este encaminhamento e como isto poderia ser recebido por outras instâncias do Tribunal. O conselheiro Ary pondera que, de fato, a Ouvidoria tem caráter de fiscalizar, diferentemente da Ejud4, porém entende que ainda assim a proposta seja adequada e resolveria dificuldade antiga da Ejud, uma vez que

tornaria desnecessário solicitar a liberação do(a) Coordenador(a) Acadêmico(a) a cada mudança de Administração. Ademais, acredita que a Ejud integrar a Alta Administração reforçaria a sua autonomia, inclusive no tocante às escolhas didáticas e de formatação do Encontro Institucional, por exemplo, hoje sob responsabilidade da Administração, mas quem recebe as críticas ao evento acaba sendo a Ejud. Cita ainda que os cargos de Direção são submetidos à consulta, porém não são considerados da Alta Administração, o que lhe parece um contrassenso. Nessa linha, o Diretor reforça que para a realização do Encontro Institucional, a Administração constitui um grupo de trabalho, aprovando e determinando o que será tratado no Encontro. Há certa autonomia da Escola, porém as temáticas dos Encontros da Magistratura e dos Gestores são decididas pela Administração. O Conselheiro Cláudio Cassou parabeniza a Direção da Escola pela iniciativa, entende que tem muitos méritos e que consolida juridicamente o que já existe, sendo um reconhecimento e formalização do que já existe. Preocupa-se, contudo, que a mudança possa restringir o acesso a outros cargos. Ainda assim, vê como uma iniciativa pioneira, que pode ser seguida por outros Tribunais ou ser questionada. A Coordenadora Eliane pondera que fora discutido na Enamat pelo Ministro Maurício Godinho e o Secretário que as Ejuds de grande porte, ao menos, deveriam ter o(a) Coordenador(a) Acadêmico(a) afastado(a) da jurisdição, dadas as dificuldades de conciliar a função de coordenação acadêmica com a jurisdição, percebida ao assumir o encargo. Cita que a Ejud4 é referência nacional em excelência e trabalho de cooperação e que o critério de indeferimento ao afastamento da jurisdição foi por mera ausência de regulamentação, reforçando que, além do trabalho de coordenação, há inúmeras viagens institucionais pela Escola, que dificultam conciliar o encargo com as atividades judicantes, necessitando constante remanejamento de pautas, reforçando a defesa ao afastamento. O conselheiro Marcos Salomão acredita que a inclusão da Ejud na Alta Administração elevaria a Escola para outro patamar, ampliando sua autonomia e auxiliando no pleito da desconvocação da Coordenadora Acadêmica. Entende que a pergunta a se fazer é se o pedido seria bom para a Ejud, no que entende que sim, cabendo ao Tribunal Pleno decidir pelo deferimento ou não. A Conselheira Ana Paula se solidariza com a juíza Eliane, pois as demandas da Ejud4 são inúmeras, mas sustenta que o pedido sem maior debate seria uma decisão açodada, que pode provocar divisões no Tribunal.

Em virtude de alguns votos contrários à proposta, o Diretor posterga a matéria para apreciação da próxima gestão e dos novos conselheiros, mantendo, contudo, o pedido de pressão para dispensa da Coordenação Acadêmica junto à Administração. O Vice-Diretor, eleito novo Diretor para o biênio 2023-2025, concorda com o encaminhamento. A Conselheira Eliane parabeniza pelo encaminhamento, entendendo sensata a decisão. Agradece as palavras da colega Ana Paula e pede ao Conselho que

incorpore essa pauta da liberação da jurisdição pelo Coordenador(a). O Diretor registra agradecimentos à Eliane e à Carolina Paiva, que tem atuado proficuamente para auxiliar a Eliane, reforçando a importância do pleito. O conselheiro Cassou afirma que adiar irá manter a discussão somente no âmbito do Conselho Consultivo, em que pese concordar com o encaminhamento, e reforça que o colegiado deve seguir pautando a liberação do Coordenador Acadêmico, trabalhando para que seja aprovado. O conselheiro Rene agradece o espaço e deseja sucesso para a nova gestão. Pede aos desembargadores e juizes que reflitam mais na questão dos servidores, defendendo como conselheiro que os servidores não gestores ou fora dos gabinetes não estão sendo devidamente contemplados na programação da Ejud, e pedindo que se reflita mais e afine contatos com servidores de 1º Grau.

c. Calendário Acadêmico da Ejud4 para 2024 - planejamento;

A Assessora-chefe de formação jurídica, Camila Frigo, explana sobre o levantamento das necessidades de capacitação, elucidando que a Escola realiza reuniões periódicas com diversos diretores de secretarias, de Foros e de áreas administrativa e judiciária, desenhando um plano de nivelamento. Explica que ainda falta mapear necessidades de magistrados, com foco não nos interesses de capacitação em matérias de suas preferências, mas sim nos problemas que tem prejudicado as atividades laborais, identificando assim as capacitações realmente necessárias. A Assessora-chefe de formação administrativa Adriana Werner complementa que o escopo da programação já foi atualizado, porém ressalta que muitas capacitações são obrigações da Ejud, como treinamento de reciclagem para seguranças, cursos gerenciais, etc., os quais necessitam de espaço no calendário junto às capacitações não-obrigatórias. Muitas demandas constam em normativos, sendo bastante dinâmico e desafiador tentar acomodar as necessidades laborais e às demandas obrigatórias ao calendário anual. A Coordenadora Eliane acrescenta que tal dinamismo, mesmo cumprindo mapeamento, normativos, etc., ainda precisa comportar as demandas espontâneas vindas de outros setores ou órgãos, com tendência de acolhimento. Eliane cita ainda os prazos burocráticos necessários para a realização de todas essas contratações e que, embora a Ejud trabalhe para se aprimorar, há volume de trabalho avassalador.

d. Assuntos gerais.

O Diretor noticia sobre convênios firmados com outros entes públicos ou privados: como o convênio com a Escola Superior do Ministério Público da União – ESMPU, mais simbólicos do que práticos, que visam à aproximação institucional, e outros de caráter mais prático, como o convênio firmado com a ESA, com quem se realizam muitas capacitações em parceria, a exemplo de capacitações sobre PJe para advogados, atividades que são abertas a estudantes e a terceirizados. Cita ainda debates com comitê de equidade para estabelecimento de cotas de docentes por gênero, raça, portadores de deficiência, indígenas, sinalando que a intenção da gestão seria formalizá-las, porém há grande dificuldade de se estabelecer eventuais percentuais de docentes. O Diretor sinala que os próprios comitês tem dificuldade em responder a essa demanda de quais seriam os percentuais adequados. Na ausência de estudos mais concretos e maduros, segue-se o debate com espaço para docentes se cadastrarem nesses grupos.

O Diretor enaltece que a Ejud4 recebeu premiação nacional da ENAMAT pelo desenvolvimento de sistemas, um prêmio para a Escola e sua equipe extremamente dedicada, a quem agradece em nome dos servidores presentes. Refere que a Escola realizou inúmeros grandes eventos, alguns em caráter nacional, como o Conematra e o Encontro da Memória, o Encontro de Gestores, cujas inscrições se encerraram em apenas dois dias, o Encontro da Magistratura, bem como a Aula Magna, com Elisa Loncon, uma das 50 mulheres mais influentes do mundo, que falou sobre temas como inclusão, igualdade de gênero e temática indígena. Citou ainda as turmas pra recapacitar oficiais de justiça, a palestra com a Rita von Hunty, de grande sucesso, cujas inscrições se esgotaram em 48 horas, lotando o Plenário, assim como o Encontro dos Laboratórios de Inovação, conduzidos pelos Tribunais do Sul, oficinas, Diálogos transacionais, que também lotou o Plenário, dentre outros. Lembrou do intercâmbio com magistrados uruguaios, tendo ¼ dos inscritos desembargadores, um feito pelo desafio histórico da Ejud em atrair tal público, citou eventos futuros nas próximas semanas, Encontro do Conematra, no Rio de Janeiro, e o encontro de magistrados das Escolas do Sul, em Florianópolis. O Diretor cita que o orçamento da Ejud é dos maiores do país e destaca o trabalho conjunto com o vice-diretor, o que muito agrega à Ejud, agradecendo especialmente ao Fabiano pela parceria, tendo a certeza que na próxima gestão conseguirá dar andamento às demandas e reformas da Ejud4. E agradece também a Eliane e a Carolina, que realizaram um grande trabalho, em que pese a dificuldade de cumular a jurisdição com as atividades da Escola, desejando um ótimo biênio aos que ficam. Enaltece que a nova administração terá um Presidente e um Vice-Presidente que foram diretores da Escola Judicial e o atual Vice-Diretor, que será o Diretor. O Vice-Diretor Fabiano agradece pela confiança, o aprendizado, a experiência e o

upgrade no seu currículo como magistrado. Enaltece a candidatura de continuidade, agradecendo ao Diretor pela oportunidade e parceria. A Coordenadora Eliane agradece pelo ano recompensador, de crescimento, satisfação, com espaço para expressar pensamentos distintos, e pelo perfil agregador do Diretor, sempre muito paciente e democrático. Agradece pela amizade, competência e parceria do Diretor desta Ejud talentosa e competente, mas que precisa e faz uso de uma direção, de um olhar de onde a Ejud está e para onde pode se dirigir, agradece ao Lucena, ao Fabiano, a sua substituta Carolina e a cada um dos servidores que integram a Ejud, pela capacidade, perseverança e parceria. O Diretor agradece a todos e encerra a reunião às 18h52min.